

TRANSTORNOS MENTAIS DECORRENTES À ATIVIDADE POLICIAL:

revisão integrativa de literatura

Allison Pedro dos Santos de Moras¹

Lenine Monteiro Branquinho²

RESUMO: A saúde mental do ser humano está também ligada à organização do seu trabalho. De modo específico, os policiais são mais propensos a sofrerem transtornos mentais pela natureza de sua profissão, pois são expostos a elevados níveis de estresse, convivendo com situações de perigo bem próximas, sofrendo pressão tanto da sociedade quanto da corporação para segurança pública, além das excessivas cargas de trabalho. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo realizar um estudo integrativo acerca das principais causas de transtornos mentais que acometem policiais atuantes na segurança pública. Os resultados encontrados mostraram a necessidade de um psicólogo nas corporações da polícia para ajudar os policiais psicologicamente, a enfrentarem este transtorno de forma que não atrapalhe sua atuação na segurança pública. Além disso, o psicólogo ajuda o policial a se livrar desse transtorno por meio de seções de tratamento psicológico. Conclui-se que a saúde mental dos policiais precisa ter maior foco por parte das instituições de segurança pública, pois é preciso de policiais em perfeita saúde mental para promover a segurança da sociedade.

Palavras-chave: Polícia. Saúde mental. Segurança Pública.

MENTAL DISORDERS FROM POLICE ACTIVITY: integrative literature review

ABSTRACT: The mental health of the human being is also linked to the organization of his work. Specifically, police officers are more likely to suffer from mental disorders because of the nature of their profession, as they are exposed to high levels of stress, living in close proximity to dangerous situations, under pressure from both society and the corporation for public safety, in addition to workloads. In this sense, this work aims to conduct an integrative study about the main causes of mental disorders that affect police officers in public safety. The results showed the need for a psychologist in the police corps to help police psychologically confront this disorder in a way that does not interfere with their performance in public safety. In addition, the psychologist helps the police get rid of this disorder through sections of psychological treatment. It is concluded that the mental health of police officers needs to be more focused on the part of public security institutions, since it is necessary for police in perfect mental health to promote the security of society.

Keywords: Police. Mental health. Public security.

¹ Pós-graduando no Curso de Formação de Praças pela Academia de Polícia Militar.

² Orientador.

1. INTRODUÇÃO

A violência urbana presente nas grandes cidades do Brasil é um dos principais fatores da causa de transtornos psíquicos em policiais, visto que os mesmos estão sendo cada dia mais alvo da criminalidade, em que vivenciam, diariamente, perdas emocionais e materiais em um cenário que concentra medo, frustração e raiva, que geram ainda mais violência. Por tentar combater o crime e a violência, os próprios policiais são as principais vítimas dos bandidos.

O aumento da criminalidade e a perseguição dos policiais pelos bandidos fortalecem a necessidade de políticas de segurança que protejam os policiais como um cidadão comum. Os policiais se sentem desarmados, frente ao armamento pesado que os bandidos apresentam hoje em dia, isto porque os bandidos estão dispostos a tudo para alcançar seus objetivos, mesmo que isso lhes custe sua própria vida ou a vida do policial, e também de pessoas inocentes. Isto se deve ao fato, das políticas impostas pelos órgãos das polícias militar e civil se apresentarem ineficazes no combate ao crime (PONCIONI, 2005).

Esses fatos preocupam os policiais, que saem de casa para trabalhar e não sabem se voltam, corroborando assim, para um estado de alerta aos policiais atuantes, que são expostos a danos psicológicos e mentais que merecem atenção por parte dos governantes que só exigem que os policiais cumpram com seus deveres de proteger a sociedade da criminalidade.

Neste momento, torna-se oportuna a introdução de um conceito: é considerado servidor militar, os indivíduos que trabalha permanente ou transitório, nos serviços militares no plano da administração da União e dos Estados. Então, pode-se dizer que os policiais militares são profissionais que desempenham atividade no enquadramento federal ou no estadual, recebendo por esta atuação um salário (GASPARINI, 2001).

Sendo assim, a profissão do policial propõe que o mesmo opere constantemente no enfrentamento contra a conduta incorreta e criminosa da sociedade, defendendo cidadãos de bem (MIRABETE, 1998; GUIMARÃES, 1999), enfrentando situações perigosas, arriscando a própria vida.

Partindo dessa premissa, a atuação em ambiente desumano, complexo e hostil configuram fatores que contribuem para os transtornos mentais. A doença mental é constrangimento do ser, é fechamento, fossilização das possibilidades existenciais

(DALGALARRONDO, 2008). De acordo com um estudo do caderno Cotidiano de São Paulo,

Os transtornos psiquiátricos foram responsáveis por 14.756 afastamentos de policiais militares entre 2005 e 2014 no Estado. Os números obtidos pela reportagem por meio da Lei de Acesso à Informação mostram que, durante esses 10 anos, quatro PMs receberam autorização diariamente, em média, para se tratar fora do serviço.

Nesse sentido, este trabalho objetiva apresentar em um estudo integrativo acerca das principais causas de transtornos mentais que acometem policiais atuantes. Mais especificamente: conceituar os transtornos mentais e apresentar suas causas no ser humano.

Para a polícia militar, este trabalho justifica-se em apresentar subsídios importantes para o diagnóstico dos transtornos mentais nos policiais, e assim propor medidas mitigadoras para essa questão.

2. REVISÃO LITERÁRIA

2.1 Atividade Policial

A definição da instituição Polícia traduz sua própria função, e essa vem se transformando no decorrer da história, conforme o contexto sócio-econômico-cultural vigente, em que pode-se dizer que segundo Lazzarini (2008, p.12):

Polícia é a instituição que tem a legitimidade de agir, quando alguma coisa que não deveria acontecer, caso aconteça, algo tem que ser feito. Polícia é, então, a organização administrativa que tem por atribuição impor limitações à liberdade (individual ou coletivo) na exata medida necessária à salvaguarda e manutenção da Ordem Pública.

A atividade policial requer uma atuação ética e politicamente correta da polícia, resguardando a ordem pública no que se referem aos seus valores, princípios e normas que fazem parte de elementos que interagem na sociedade. Assim, se faz necessária a caracterização da polícia em sua mais ampla funcionalidade.

A Polícia é caracterizada como um órgão governamental, atuante em todos os países, politicamente organizados, para atuar na repressão e manutenção da ordem pública por meio do uso da força, ou seja, realiza o controle social (BRASIL, 2010).

Com uma ou outra modificação, não essencial, a maioria dos manuais de Direito Administrativo apresenta o conceito de Polícia como a atividade administrativa que, valendo-se da coerção, ora tem por fim prevenir a perturbação da ordem pública, através da limitação da liberdade individual e coletiva (conceito negativo), ora se destina a promover a paz, a tranquilidade pública, através da proteção e socorro comunitários (conceito positivo) (ALEXANDRINO e PAULO, 2007, p.15).

A população brasileira pede por segurança, e o efetivo de policiais militares não está sendo o suficiente para defender a sociedade dos criminosos, colocando em risco a vida dos policiais que também já estão cansados de tanta violência e se mostram presentes defesa do cidadão de bem.

A Constituição Federal determina os órgãos responsáveis pela segurança pública e os caracteriza como classes de atividades encarregadas a cada um deles. Esses órgãos consistem nas diferentes polícias no contexto brasileiro, tais como: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária federal; Polícia Civil; Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militares. Seja qual for o campo de ação de cada órgão, a primordial ação incumbidas a todos compreende a preservação da ordem pública (LENZA, 2009).

A atividade policial é importante, pois atua com seriedade e dimensão única, de forma a dificultar que as garantias e liberdades constitucionais sejam violadas, conforme a concepção de Goldstein:

“A policia não tem apenas o dever de exercer sua escassa autoridade em conformidade com a Constituição e, por meios legais, aplicar suas restrições: também tem o dever de perceber que outros não infrinjam as liberdades garantidas constitucionalmente. Essas exigências incluem na função policial a dimensão única que torna o policiamento neste país um ofício muito sério.” (GOLDSTEIN, 2003, p.28; 29),

Além disso, ressalta-se que o trabalho da polícia alcança toda a determinação legal estabelecida pela constituição e regimentos policiais, e, ainda a civilidade que o profissional deve ter, no senso de responsabilidade frente à sociedade, a qual espera do agente de segurança pública; a proteção quando um conflito se inicia (MESQUITA NETO, 2006). Conflito esse que tem mostrado a derrota de muitos policiais militares que perdem a vida tentando defender a sociedade.

A atribuição ao cargo de polícia consiste na prevenção e no controle do delito, ou seja, o combate à violência, que causa uma sensação de insegurança e medo à

sociedade. A violência que mais causa temor a sociedade é a criminosa, isto é, aquela que faz oscilar os indicadores de delinquência e que exige a atuação da polícia. Todavia, o contexto dos últimos anos é mais complexo, pois o medo do crime não está ligado ao aumento da criminalidade (ROCHA, 2013).

Diante deste contexto, as obrigações da atividade policial podem estar diretamente relacionadas na saúde dos mesmos, como ocorre com os fatores psicossociais. Os fatores psicossociais do trabalho segundo Sauter *et al* (1998) englobam aspectos como sobrecarga; subcarga; falta de controle sobre o trabalho; distanciamento entre grupos de chefia e de subordinados; isolamento social no ambiente de trabalho; enfrentamento de papéis, conflitos interpessoais e falta de apoio social.

Além das situações cotidianas enfrentadas pelos policiais, decorrentes do crescente aumento da violência urbana, os mesmos se deparam com as estruturas de trabalho inadequadas, elevadas expectativas da sociedade no que se refere ao padrão de serviço prestado na área de segurança, a necessidade de responder a demandas variadas com número reduzido de recursos humanos e remuneração não satisfatória. Tais questões interferem na saúde do policial, principalmente no que diz respeito à saúde mental.

O número de homicídios de policiais tem aumentado a cada dia, mas nem sempre são só os homicídios os principais responsáveis pelo afastamento de policiais de suas atividades, mas também o estresse, patologias psiquiátricas provocadas pelo alto estado de alerta, convivência com situações de perigo constante e pressão que sofrem tanto de seus superiores quanto da sociedade.

2.2 Transtornos mentais

O transtorno mental comum (TMC) sistematizado por Goldberg & Huxley (1992) é definido por manifestações de perturbação que se indicam a presença de sintomas, como queixas somáticas inespecíficas, irritabilidade, insônia, nervosismo, dores de cabeça, fadiga, esquecimento, falta de concentração ou outras manifestações.

De um modo específico, o Manual de Procedimento para o Serviço de Saúde 2001, do Ministério da Saúde do Brasil estabelece que:

A prevenção dos transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho baseia-se nos procedimentos de vigilância dos agravos à saúde e dos ambientes e condições de trabalho. Utilizar conhecimentos médico-clínicos,

epidemiológicos, de higiene ocupacional, toxicologia, ergonomia, psicologia, entre outras disciplinas, valoriza a percepção dos trabalhadores sobre seu trabalho e a saúde.

Nesse sentido, a situação da saúde mental dos policiais militares que vivem a mercê da violência, necessita de atenção redobrada por parte dos seus superiores e governantes, pois para que possam defender a sociedade da criminalidade, primeiramente precisam estar fisicamente e psicologicamente saudáveis.

Segundo Santos (2002, p.20), TMC se refere

À situação de saúde de uma população com indivíduos que não preenchem os critérios formais para diagnósticos de depressão e/ou ansiedade segundo as classificações DSM-IV (*Diagnostic and Statistical 3 Manual of Mental Disorders – Fourth Edition*) e CID-10 (Classificação Internacional de Doenças – 10ª Revisão), mas que apresentam sintomas proeminentes que trazem uma incapacitação funcional comparável, ou até pior do que quadros crônicos já bem estabelecidos.

A psicopatologia faz parte da ciência que estuda a doença mental, suas causas, as mudanças estruturais e funcionais associadas a ela e suas formas de manifestação (CAMPBELL, 1986). Portanto, nem todo estudo psicopatológico está de acordo com os princípios de uma ciência *sensu strictu*. A psicopatologia, em significado mais amplo, pode ser conceituada como um conjunto de conhecimentos ligados a perda da saúde mental. É um conhecimento significativo por ser sistemático, explicativo e desmistificante, com caráter científico, que não inclui critérios de valor, nem aceita dogmas ou verdades *priori* (DALGALARRONDO, 2008).

O psicopatológico não pressupõe moralmente o seu objetivo, porém, objetiva somente observar, identificar e compreender os diversos elementos da doença mental. Além disso, refuta qualquer tipo de dogma, seja ele religioso, filosófico, psicológico ou biológico; o conhecimento que busca estar permanentemente voltado a revisões, críticas e reformulações (DALGALARRONDO, 2008).

Karl Jaspers (1883-1969), um profissional da psicopatologia, afirma que esta é uma ciência básica, que serve de apoio à psiquiatria, e é, por sua vez, um conhecimento aplicado a uma prática profissional e social concreta (JASPERS, 1979).

O estudo da doença mental, como o de qualquer outra doença, se inicia pela observação minuciosa de suas manifestações, articulando-se dialeticamente com a disposição dos fenômenos, ou seja, para observar, também é preciso produzir, definir, classificar, interpretar e ordenar o observado em determinada perspectiva, seguindo certa lógica (DALGALARRONDO, 2008).

O diagnóstico de um transtorno psiquiátrico é quase sempre baseado em dados clínicos, com exceção dos quadros psico-orgânicos (*delirium*, demências, síndromes focais) que não é, de modo geral, baseado em possíveis mecanismos etiológicos supostos pelo entrevistador. Tanto o estresse prolongado como possivelmente as experiências de depressão e ansiedade graves e duradouras exercem importante efeito negativo sobre a plasticidade neuronal (CALDERONI, 2002).

A entrevista psicopatológica permite a realização dos dois principais aspectos de avaliação: a anamnese, ou seja, o histórico dos sinais e dos sintomas que o paciente apresenta ao longo de sua vida, seus antecedentes pessoais e familiares, assim como de sua família e meio social; o exame psíquico, também chamado exame do estado mental (BASTOS, 1997).

Ainda segundo Bastos (1997), uma dificuldade comum nas entrevistas realizadas em serviços públicos é a falta de tempo dos profissionais, excesso de trabalho, estresse e condições físicas (arquitetônicas) de atendimento precário. Assim, muitas vezes o profissional de saúde está impaciente para ouvir pessoas com queixas pouco precisas (os “poliqueixosos”), rejeita aqueles doentes que informam de forma vaga ou que estão muito desorganizados psiquicamente.

Diante deste contexto, observa-se que a psicologia em suas diversas áreas (psicologia das funções mentais, psicologia experimental, psicologia social, psicologia do desenvolvimento) tem proporcionado contribuições essenciais à ciência, sendo, portanto, fonte de consulta, inspiração e orientação à psicopatologia geral (DELAY; PICHOT, 1973).

Porém, novos estudos relacionados à saúde mental dos policiais militares são esperados, devido a evidencia dos fatores causadores da doença, que são limitantes à atuação do policial militar na sociedade. Nesse sentido, para enriquecer mais a literatura acerca da saúde mental do policial militar este trabalho se propõe a apresentar uma pesquisa integrativa por meio de levantamento de dados já publicados em sites confiáveis como Scielo e Google Acadêmico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a busca pelos artigos na base de dados Scielo e Google Acadêmico, foram encontrados um total de 15 artigos, mas foram selecionados para este estudo, somente 10 que se relacionavam ao objetivo proposto neste artigo.

Os trabalhos selecionados foram agrupados a partir do título, autor, ano da publicação e metodologia, conforme quadro abaixo, ressaltando que os critérios de inclusão dos artigos encontrados foram: os que se tratavam dos objetivos abordados neste estudo e os artigos do ano de 2010 e posteriores anos.

Nº artigos	Título	Ano	Metodologia
1	Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua.	2010	Estudo exploratório e levantamento de dados
2	Trabalho e riscos de adoecimento: um estudo entre policiais civis	2011	Pesquisa de campo.
3	Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil)	2011	Abordagem quantitativa
4	Prevalência de transtornos mentais comuns entre policiais militares de Ceilândia/Distrito Federal	2012	Estudo descritivo.
5	Saúde mental e qualidade de vida de policiais civis da região metropolitana de Porto Alegre	2012	Estudo transversal, observacional.
6	Saúde mental do policial militar: relações interpessoais e estresse no exercício profissional	2012	Pesquisa de campo.
7	Trabalho e saúde mental em policiais militares de Palhoça – SC.	2013	Pesquisa de campo, de natureza exploratória, com tratamento qualitativo e quantitativo.
8	O adoecimento psicológico do policial militar do Ceará.	2014	Pesquisa documental, acompanhamento do cotidiano de trabalho e realização de entrevistas.
9	Saúde mental e o policial militar: a concepção de policiais militares acerca do estresse relacionado ao seu trabalho dentro da perspectiva de saúde mental.	2014	Estudo descritivo.
10	Prevalência de transtornos mentais e percepção de suporte familiar em policiais civis	2015	Estudo transversal, exploratório-descritivo.

O ano que mais publicou artigos relacionados a temática abordada no presente artigo foi 2012 com os estudos de Gonçalves (2012); Wagner, Stankievich e Pedroso (2012); Couto et al., (2012), aos quais realizaram estudos diretos com policiais para avaliar os transtornos mentais sofridos pelos mesmos na atuação profissional.

As doenças mentais mais comuns acometidas aos policiais são visíveis através do diagnóstico de depressão, estresse/ansiedade, tensão pós-trauma (ser baleado ou ver um colega de farda morrer), transtornos compulsivos (alcoolismo, drogas e alimentares) e síndrome do pânico. Ao constatar esses transtornos, os policiais devem ser afastados para fazer tratamento necessário a cada caso, para poder ter uma vida laboral de qualidade, promover a segurança da sociedade.

Ao se tratar do afastamento de policiais para se tratar dos transtornos, Castro e Cruz (2015) avaliaram a prevalência de diagnósticos de transtornos mentais em policiais civis afastados da atuação profissional sob licença para tratamento de saúde no período 2009 – 2010 em Santa Catarina. Os resultados do estudo mostraram que a Perícia Médica do Estado afastou nesse período 4,6 a cada 100 policiais com diagnóstico de transtornos mentais. Esse número só não é maior devido às perdas de benefícios financeiros do policial no salário, tais como adicional noturno e hora-extra, que são fundamentais para complementação da renda familiar do policial.

Ademais, as autoras evidenciaram que o tempo de serviço contribui para a incidência dos transtornos mentais nos policiais, visto que os policiais afastados atuam entre 15 e 25 anos na profissão, e os policiais afastados declararam que os soldados com 5 anos de atuação na polícia não apresentam nenhum transtorno mental. Nesse sentido, infere-se que o trabalho do policial em si não faz adoecer, mas sim a forma como o trabalho está organizado e as condições para sua realização.

Já Gonçalves (2012) ao estudar a prevalência de transtornos mentais comuns (TMC) entre policiais militares de Ceilândia – DF constatou que 5% dos policiais apresentavam transtornos mentais, e quanto ao nível da graduação policial, os transtornos eram mais frequentes em sargentos e cabos. Isto se deve ao fato, dos sargentos e cabos terem a maior responsabilidade em comandar os soldados.

Ao contrario do estudo de Gonçalves (2012), no estudo de Oliveira e Santos (2010), a percepção de policiais militares da força tática e de rua acerca dos aspectos que causam os transtornos mentais, os policiais entrevistados relataram que tem mais incidência de transtornos mentais pelo fato de serem pressionados por seus superiores. Esses estudos se revelam como indicadores de dados importantes para diagnosticar o nível de graduação de policiais que são mais predispostos a sofrer de transtornos mentais. E esses dados são fundamentais para que os fatores que originam o transtorno mental possam ser melhor estudados e as academias de polícia implantem programas de auxílio psicológico aos policiais.

Ainda de acordo com o estudo de Oliveira e Santos (2010), os policiais militares da força tática foram os que mais apresentaram transtornos mentais, com a hipótese de esse acontecido devido a força tática constituir um grupo de elite que atua em situações de extrema pressão e cobrança dos superiores. Os sintomas apresentados pelos policiais entrevistados foram cansaço físico, cansaço emocional e estresse, que a longo prazo podem gerar transtornos mentais e com isso, atrapalhar o desempenho profissional do policial.

Ao avaliar a saúde mental e averiguar se há relação entre a saúde mental e a atividade laboral entre os policiais militares que atuam na cidade de Palhoça – SC, Cândido (2013) constatou que dentre os 38 policiais entrevistados, seis confirmaram que já tiraram licença para tratamento de saúde e as causas mais frequentes foram estresse, depressão leve, ansiedade, problemas psicológicos e tendência homicida. A duração do tratamento foi de 15 dias a 2 anos, dependendo do grau de intensidade dos sintomas.

Na visão de Dalgalarondo (2008) o estudo da doença mental, como o de qualquer outro objeto, inicia pela observação articula-se dialeticamente com a ordenação dos fenômenos, ou seja, para observar, também é preciso produzir, definir, classificar, interpretar e ordenar o observado em determinada perspectiva, seguindo certa lógica.

Nessa perspectiva, estudar a doença mental de policiais é um fator de grande evolução para as políticas públicas do setor de segurança pública, visando melhorar o desempenho de policiais atuantes nas ruas de nossas cidades, como também assegurando uma qualidade de vida aos policiais.

No bojo dessa discussão, Wagner, Stankievich e Pedroso (2012) realizaram uma avaliação da saúde mental e da qualidade de vida dos policiais civis da região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e constataram que os policiais com mais de dez anos de atuação na profissão apresentaram frequentes sintomas de doenças crônicas, que conseqüentemente evoluem para problemas mentais, menor desempenho na qualidade de vida e desgaste psíquico.

A ajuda a esses policiais deve ser o mais rapidamente possível, com o auxílio de um psicólogo, compreendendo o ser humano de acordo com o esquema de Dalgalarondo (2008, p.389):

O ser humano deve ser compreendido em suas duas dimensões básicas: sua constituição, seu funcionamento biológico (natureza) e o conjunto de experiências interpessoais; e a sua história e o contexto social no qual vive e foi formado (cultura).

Dessa forma, o policial deve ser compreendido em seu papel que ocupa na profissão, na sociedade e na família, tentando interpretar os reais motivos pelos quais sofrem de transtornos mentais em sua atuação policial.

Contextualizando a questão, Anchieta et al. (2011) analisaram a percepção de policiais civis novatos do Distrito Federal com relação ao seu ambiente de trabalho, suas exigências, e como a prática e os problemas físicos, psicológicos e sociais podem afetar seu desempenho no trabalho. Os estudos evidenciaram os principais fatores que agravam o desempenho dos policiais, tais como organização, condições de trabalho e relações sócio-profissionais. Visto que os policiais civis entrevistados eram novatos, é possível considerar que ao longo do tempo esses fatores poderão gerar um agravamento na saúde mental e consequentemente na carreira dos policiais.

No que se refere aos policiais civis do estado do Rio de Janeiro, Minayo, Assis e Oliveira (2011) analisaram os fatores do adoecimento físico e mental de policiais, segundo condições de trabalho e atividades profissionais. Os fatores relatados constituem o adoecimento físico, sobrecarga de trabalho e sofrimento psíquico, ocasionando um grande número de licenças concedidas por motivos de distúrbios psiquiátricos. Nessa corporação militar tem um psicólogo que oferecem ajuda aos policiais com problemas mentais.

O Rio de Janeiro por ser um dos estados mais perigosos do Brasil, deveria ter em todas as corporações de policiais civis, militares e força tática um psicólogo responsável pela saúde mental desses policiais que merecer atenção, pois são muito pressionados para promover a segurança da população.

E é nesse cenário que Paulino e Lourinho (2014) avaliaram o processo de adoecimento psicológico dos trabalhadores policiais militares, e compreender como a Organização Polícia Militar e seus agentes do Ceará desenvolvem a qualidade de vida no trabalho. E constatou que os problemas mentais dos policiais militares do Estado do Ceará não são diferentes dos problemas mentais dos policiais militares de outros Estados, evidenciando que a grande questão dessa problemática é a inexistência de um mecanismo de verificação sistemática que possa combater ou controlar os fatores de agravo a saúde mental, evitando assim o acometimento crônico do policial militar a

esses fatores doentios. Porém, o que mais preocupa a partir da realização deste estudo é a falta de investimentos para prevenir o adoecimento mental e promover uma boa qualidade de vida para esses trabalhadores.

Para que os policiais possam reivindicar por políticas públicas capazes de assegurar sua capacidade de desempenho de suas atividades, é preciso o conhecimento por parte dos policiais a concepção de estresse e saúde mental relacionados a sua profissão.

Essa proposta foi feita por Silveira e Souza (2014) em um estudo com o objetivo de investigar a concepção de policiais militares acerca de seu conhecimento do estresse e o relacionado a sua profissão. Os resultados da pesquisa mostraram que os policiais têm conhecimento das consequências do estresse e da importância da saúde mental na sua profissão. Entretanto, declararam que não buscam os serviços de um psicólogo para se tratarem, pelos motivos de falta de tempo e da precariedade desses serviços oferecidos na instituição.

Os policiais que não procuram ajuda médica, tornam o relacionamento interpessoal com os colegas de farda mais difícil, pois quem sofre de problemas mentais não importa em se relacionar com outras pessoas, ficando isolado em seu ambiente de trabalho.

O relacionamento interpessoal foi objetivo do estudo de Couto et al. (2012) investigando características da saúde mental do policial militar sobre as variáveis de estresse que interferem no relacionamento com outros policiais. Os resultados evidenciaram que, em primeiro lugar, o número de policiais que apresentaram sinais de estresse foi preocupante (55,9%), ou seja, mais da metade da amostra. Esse nível é preocupante, e medidas mitigadoras devem ser utilizadas para melhoria da qualidade de vida desses policiais, principalmente para policiais com início de carreira, para os níveis de estresse não interfira na relação interpessoal do grupo.

Diante deste contexto, infere-se que a saúde mental dos policiais deve estar em perfeitas condições durante sua atuação na segurança da população. O policial preocupado em garantir a segurança deve se preocupar primeiro em garantir a sua saúde mental, não deixando que o estresse, depressão e ansiedade tomem conta de sua atuação e desempenho.

4. CONCLUSÃO

A realização deste trabalho mostra que o objetivo geral e específico propostos foram alcançados e respondidos, uma vez que foi possível encontrar trabalhos relacionados ao tema e realizar a revisão integrativa sobre as principais causas de transtornos mentais que acometem policiais atuantes. Na revisão de literatura conseguiu-se conceituar os transtornos mentais e apresentar suas causas no ser humano.

A profissão policial por si só já é perigosa e arriscada no Brasil de hoje, e somando com a cobrança por segurança exigida aos policiais, podem gerar estresse e cansaço físico a esses profissionais, fazendo com que seu equilíbrio emocional fique comprometido, e levando a casos mais graves de transtornos mentais.

Os transtornos mentais em policiais é um caso de saúde pública e deve ser uma questão de interesse das companhias de polícia em promover iniciativas para prevenção desses transtornos aos policiais, visto que a segurança pública precisa de policiais saudáveis e atentos mentalmente.

Assim, conclui-se que é necessário um psicólogo nas corporações da polícia para cuidar da saúde mental dos policiais, além de programas de preservação da saúde mental e melhor organização da escala de trabalho, para que os policiais não sintam tão sobrecarregados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo descomplicado**. 14º ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

ANCHIETA, V.C.C.; GALINKIN, A.L.; MENDES, A.M.B.; NEIVA, E.R. Trabalho e riscos de adoecimento: um estudo entre policiais civis. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** Abr-Jun., Vol. 27 n. 2, pp. 199-208, 2011.

BASTOS, C.L. **Manual do exame psíquico**. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CALDERONI, D. **Psicopatologia: vertentes, diálogos**. São Paulo: Via Lettera, 2002.

CÂNDIDO, P. E. F. **Trabalho e saúde mental em policiais militares de Palhoça – SC**. Dissertação (Mestrado) – Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Florianópolis – SC, 2013. 144 p.

CASTRO, M.C. D'Á de; CRUZ, R.M. Prevalência de transtornos mentais e percepção de suporte familiar em policiais civis. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 35(2), 271-289, 2015.

COUTO, G., BRITO, E. de A. G.; SILVA, A.V.; LUCCHESI, R. Saúde mental do policial militar: relações interpessoais, estresse no exercício profissional. **Psicologia Argumento**, v.30, n.68, 2012.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2ªed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 440 p.

DELAY, J.; PICHOT, P. **Manual de psicologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1973.

GOLDBERG D, HUXLEY P. **Common mental disorders: a bio-social model**. London: Tavistock; 1992.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. Tradução Marcello Rollemberg. 9º ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003. Série Polícia e Sociedade, n.9. (organização Nancy Candia).

GONÇALVES, F. da S. **Prevalência de Transtornos Mentais Comuns entre policiais militares de Ceilândia/Distrito Federal**. Monografia (Bacharel em Terapia Ocupacional) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ceilândia, Brasília, 2012. 25f.

JASPERS, K. **Psicopatologia geral**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1979.

LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de direito administrativo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 13º ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

MESQUITA NETO, Paulo de. Segurança, justiça e direitos humanos no Brasil. In: Segurança Pública e violência: **O Estado está cumprindo seu papel?** . Org. Lima. Renato Sérgio de. Paula, Liana de. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G. de; OLIVEIRA, R. V. C. de. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciênc. saúde coletiva**. vol.16, n.4, pp.2199-2209. 2011.

OLIVEIRA, K.L. de; SANTOS, L. M. dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, vol.12, nº.25. Porto Alegre, Set./Dez. 2010.

PAULINO, F.R.; LOURINHO, L.A. O adoecimento psicológico do policial militar do Ceará. **Revista Trabalho e Sociedade**, Fortaleza, v.2, n.2, p.58-77, Jul/Dez., 2014.

ROCHA, Alexandre Pereira da. **Polícia, violência e cidadania: o desafio de se construir uma polícia cidadã**. Rev. Bras. Segurança Pública, v. 7, n. 1, 84-100, São Paulo, 2013.

SANTOS, Mesb. **Transtornos mentais comuns em pacientes com AIDS que fazem uso de anti-retrovirais no Estado de São Paulo**, Brasil [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2002.

SAUTER S L, MURPHI L R, HURRELL JJ, LEVI L. Factores psicosociales de organización. In: Stellman JM, directora de edición. **Enciclopedia de Salud y Seguridad en el Trabajo**. Madrid: Organización Internacional Del Trabajo; 1998. v.2, p.34.1-87.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa: guia prático**. Fortaleza, CE: Editora da UFC, 2004.

SILVEIRA, C. da; SOUZA, L.V.F. de. Saúde Mental e o Policial Militar: a concepção de policiais militares acerca do estresse relacionado ao seu trabalho dentro da perspectiva de saúde mental. **Psicologado**. 2014.

WAGNER, L.C.; STANKIEVICH, R.A.P.; PEDROSO, F. Saúde mental e qualidade de vida de policiais civis da região metropolitana de Porto Alegre. **Revista Brasileira Medicina Trabalho**, 10(2):64-71, 2012.